

## Ministério Público da União

## MINISTÉRIO PÚBLICO DO DISTRITO FEDERAL E TERRITÓRIOS

AVISO DE ALTERAÇÃO  
PREGÃO Nº 90003/2026

Comunicamos que o edital de licitação supracitada, publicada no D.O.U de 06/02/2026 foi alterado. Objeto: Pregão Eletrônico - Registro de preços para eventual contratação de serviço de emissão de certificados digitais. Total de Itens Licitados: 00008 Novo Edital: 24/02/2026 das 08h00 às 17h59. Endereço: Eixo Monumental, Praça do Burity, Lote 2, Sala 626, Ed. Sede do MPdfT BRASÍLIA - DF. Entrega das Propostas: a partir de 06/02/2026 às 08h00 no site [www.comprasnet.gov.br](http://www.comprasnet.gov.br). Abertura das Propostas: 10/03/2026, às 14h00 no site [www.comprasnet.gov.br](http://www.comprasnet.gov.br).

ANA LUISA CARDOSO ZARDIM  
Secretária de Licitação

(SIDEC - 23/02/2026) 200009-00001-2026NE000001

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA  
COORDENADORIAS DAS PROMOTORIAS DE JUSTIÇA

## EDITAL DE NOTIFICAÇÃO

Pelo presente Edital, nos termos do artigo 28, caput, do Código de Processo Penal, com interpretação dada pelo STF ADI 6298, 6299, 6300 e 6305, item 20, por restarem frustradas as tentativas de comunicações por telefone, aplicativos de mensagens e mensagem eletrônica, fica a Sra. Keyla Matias Sophia, CPF xxx.619.541-xx comunicado do arquivamento promovido nos autos do Pje 072.6541-83.2025.8.07.0001. Em caso de discordância, poderá submeter a matéria à revisão da Câmara de Coordenação e Revisão da Ordem Jurídica Criminal do MPDFT, no prazo de 30 (trinta) dias da publicação deste Edital, conforme artigo 171, V, da Lei Complementar nº 75/1993.

Brasília, 23 de fevereiro de 2026.  
CÂNDIDA MARCOLINA F. DE FARIA  
Promotora de Justiça

## EDITAL DE NOTIFICAÇÃO

Pelo presente Edital, nos termos do artigo 28, caput, do Código de Processo Penal, com interpretação dada pelo STF ADI 6298, 6299, 6300 e 6305, item 20, por restarem frustradas as tentativas de comunicações por telefone, aplicativos de mensagens e mensagem eletrônica, fica o Sr(a) WINGRID COSTA DIAS, CPF xxx.889.231-xx comunicado do arquivamento promovido nos autos do Pje 0730380-13.2025.8.07.0003. Em caso de discordância, poderá submeter a matéria à revisão da Câmara de Coordenação e Revisão da Ordem Jurídica Criminal do MPDFT, no prazo de 30 (trinta) dias da publicação deste Edital, conforme artigo 171, V, da Lei Complementar nº 75/1993.

Brasília, 23 de fevereiro de 2026.  
LUCIANA ASPER Y VALDES  
Promotora de Justiça

## EDITAL DE NOTIFICAÇÃO

Pelo presente Edital, nos termos do artigo 28, caput, do Código de Processo Penal, com interpretação dada pelo STF ADI 6298, 6299, 6300 e 6305, item 20, por restarem frustradas as tentativas de comunicações por telefone, aplicativos de mensagens e mensagem eletrônica, fica o Sr(a)CONSUELLE MATIAS DE ALMEIDA, CPF xxx.803.765-xx comunicado do arquivamento promovido nos autos do Pje 0731887-09.2025.8.07.0003. Em caso de discordância, poderá submeter a matéria à revisão da Câmara de Coordenação e Revisão da Ordem Jurídica Criminal do MPDFT, no prazo de 30 (trinta) dias da publicação deste Edital, conforme artigo 171, V, da Lei Complementar nº 75/1993.

Brasília, 23 de fevereiro de 2026.  
LUCAS SOARES BAUMFELD  
Promotor de Justiça

## EDITAL DE NOTIFICAÇÃO

Pelo presente Edital, nos termos do artigo 28, caput, do Código de Processo Penal, com interpretação dada pelo STF ADI 6298, 6299, 6300 e 6305, item 20, por restarem frustradas as tentativas de comunicações por telefone, aplicativos de mensagens e mensagem eletrônica, fica o Sr(a)ANDERSON SANTOS MOURENTINO, CPF xxx.619.865-xx comunicado do arquivamento promovido nos autos do Pje 0740623-16.2025.8.07.0003. Em caso de discordância, poderá submeter a matéria à revisão da Câmara de Coordenação e Revisão da Ordem Jurídica Criminal do MPDFT, no prazo de 30 (trinta) dias da publicação deste Edital, conforme artigo 171, V, da Lei Complementar nº 75/1993.

Brasília, 23 de fevereiro de 2026.  
LUCAS SOARES BAUMFELD  
Promotor de Justiça

## EDITAL DE NOTIFICAÇÃO

Pelo presente Edital, nos termos do artigo 28, caput, do Código de Processo Penal, com interpretação dada pelo STF ADI 6298, 6299, 6300 e 6305, item 20, por restarem frustradas as tentativas de comunicações por telefone, aplicativos de mensagens e mensagem eletrônica, fica o Sr(a)ANDERSON SANTOS MOURENTINO, CPF xxx.619.865-xx comunicado do arquivamento promovido nos autos do Pje 0700366-12.2026.8.07.0003. Em caso de discordância, poderá submeter a matéria à revisão da Câmara de Coordenação e Revisão da Ordem Jurídica Criminal do MPDFT, no prazo de 30 (trinta) dias da publicação deste Edital, conforme artigo 171, V, da Lei Complementar nº 75/1993.

Brasília, 23 de fevereiro de 2026.  
TATIANA ALBUQUERQUE DE CARVALHO MESQUITA  
Promotora de Justiça

MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL  
SECRETARIA-GERAL

## EXTRATO DE TERMO ADITIVO

Espécie: 2º Termo Aditivo ao Acordo de Cooperação Técnica nº 01/2022. Contratantes: PROCURADORIA GERAL DA REPÚBLICA - PGR e a ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL PROGRAMANDO O FUTURO. CNPJ: 05.014.680/0001-16. Objeto: Prorrogar a vigência por mais 12 (doze) meses, de 11 de maio de 2026 a 10 de maio de 2027, de acordo com a Cláusula Sétima - Da Vigência - do Acordo em epígrafe. Vigência: 11/05/2026 a 10/05/2027. Data de Assinatura: 20/02/2026. Signatários: : pela PGR, a Senhora ELIANA PERES TORELLY DE CARVALHO, Secretária-Geral; e pela OSC, FÁBIO OLIVEIRA PAIVA, Coordenador Geral. Processo MPF/PGR: 1.00.000.022481/2021-91.

## SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

## EXTRATO DE TERMO ADITIVO

Espécie: 1º Termo Aditivo ao Contrato nº 32/2025. Contratantes: MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL e a empresa FÊNIX ENGENHARIA ESPECIALIZADA LTDA. CNPJ: 33.852.449/0001-37. Objeto: a) o acréscimo de 21,49% (vinte e uma vírgula quarenta e nove por cento), do valor inicial atualizado do Contrato, representando um aumento de R\$ 126.769,24 (cento e vinte e seis mil, setecentos e sessenta e nove reais e vinte e quatro centavos), nos termos do art. 124, inciso I, alínea "a", da Lei nº 14.133/2021 e da Cláusula Décima Sexta - Alterações, do referido Contrato; b) a prorrogação do prazo de execução contratual por 01 (um) mês, passando de 02 (dois) meses para 03 (três) meses, a contar da data da emissão da Ordem de Serviço, nos termos da Cláusula Terceira, do Contrato c/c item 5, do Termo de Referência. Data de Assinatura: 30/01/2026. Valor Total do Termo Aditivo: R\$ 126.769,24. Valor Global do Contrato: R\$ 716.769,24. Signatários: pelo Contratante, THIAGO LONGO MENEZES, Secretário de Administração; e pela Contratada, o Senhor LENINE CARDOSO DOS SANTOS. Processo MPF/PGR: 1.00.000.001802/2024-67.

## EXTRATO DE CONTRATO

Espécie: Termo de Contrato nº 74/2025. Contratantes: MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL e a empresa CLARO S.A. CNPJ: 40.432.544/0001-47. Objeto: Serviços contínuos de telecomunicações de voz e dados, de acordo com as especificações técnicas que constam no Termo de Referência e seus anexos, para atendimento do Ministério Público Federal - MPF e do Conselho Nacional do Ministério Público - CNMP. Modalidade: Pregão Eletrônico nº 90026/2025. Valor Total: R\$ 52.319.459,08. Vigência: 12/01/2026 a 11/01/2031. Data de Assinatura: 12/01/2026. Signatários: pelo Contratante, DAVI LUCAS BOIS, Secretário de Administração Adjunto; e pela Contratada, a Senhora FERNANDA DE PAULA E SILVA ARRUDA e a Senhora MARIA TERESA OUTEIRO DE AZEVEDO LIMA. Processo MPF/PGR: 1.00.000.009307/2025-87.

## PROCURADORIA REGIONAL DA REPÚBLICA DA 3ª REGIÃO

## EXTRATO DE RESCISÃO

RESCISÃO CONSENSUAL DO CONTRATO N.º 4/2022  
CONTRATANTE: União Federal, por intermédio da Procuradoria Regional da República da 3ª Região. CONTRATADA: Aerotech do Brasil Soluções em Tecnologia Ltda. - CNPJ 26.308.513/0001-58. Objeto: O presente Termo de Rescisão ao Contrato nº 04/2022, referente à prestação de serviços de manutenção preventiva e corretiva em equipamento de inspeção por raios X a ser executada no edifício-sede da CONTRATANTE, tem por objeto rescindir consensualmente, por acordo entre as partes, a partir da data da assinatura do Termo, o Contrato nº 04/2022, com fundamento no artigo 78, inciso XII, da Lei nº 8.666/1993. Assinatura: 10/02/2026. Processo: 1.03.000.000320/2022-16. Fundamento: artigo 78, inciso XII, da Lei nº 8.666/1993. Assinam: Alexandre Saadi, pela Contratante, e Marcelo Andrés Puig Leal e Creusa de Fátima Silva, pela Contratada.

## PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO ESTADO DO MARANHÃO

## RETIFICAÇÃO

No extrato do Termo de Convênio PR-MA-00004301/2026, publicado no D.O.U. do dia 10/02/2026, Seção 3, Edição 28, página 234, onde se lê: "DATA E ASSINATURA: 09/02/2026", leia-se: "DATA E ASSINATURA: 19/01/2026".

## EXTRATO DE CONVÊNIO

CONVENIENTES: MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, por intermédio da PROCURADORIA DA REPÚBLICA DO MARANHÃO - PR/MA e o CENTRO UNIVERSITÁRIO UNIDADE DE ENSINO SUPERIOR DOM BOSCO - UNDB. OBJETO: Proporcionar a preparação do estagiário para a empregabilidade, para a vida cidadã e para o trabalho, por meio do exercício de atividades correlatas à sua pretendida formação profissional, em complementação ao conhecimento teórico adquirido na instituição de ensino. VIGÊNCIA: 5 ANOS(S). DATA E ASSINATURA: 19/02/2026. ALEXANDRE SILVA SOARES//PROCURADOR DA REPÚBLICA/PROCURADOR-CHEFE DA PR/MA e GRACIANA MARIA RODRIGUES CORDEIRO/ DIRETORA ACADÊMICA DA UNDB. Processo Administrativo: 1.19.000.001476/2023-35.

## PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO ESTADO DE MINAS GERAIS

## EXTRATO DE CONVÊNIO

Convenientes: O MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL - MPF, por intermédio da PROCURADORIA DA REPÚBLICA EM MINAS GERAIS, inscrita no CNPJ sob o nº 26.989.715/0016-99, com sede na Avenida Brasil, nº 1877/1879, Bairro Funcionários, Belo Horizonte/MG e o CENTRO UNIVERSITÁRIO ACADEMIA- UNIACADEMIA, inscrita(a) no CNPJ sob o nº 21.562.368/0017-80, sediada(a) na Rua Halfeld, no 1179, Campus Academia, Bairro Centro, Juiz de Fora/MG, CEP 36016-000. Objeto: Proporcionar a preparação do estagiário para a empregabilidade, para a vida cidadã e para o trabalho, por meio do exercício de atividades correlatas à sua pretendida formação profissional, em complementação ao conhecimento teórico adquirido na instituição de ensino. Vigência: 05 (cinco) anos. Data e assinatura: 19/02/2026. (Exmo. Sr. CARLOS HENRIQUE DUMONT SILVA, Procurador-Chefe da Procuradoria da República em Minas Gerais, e o GIOVANNIO AGUIAR, Reitor do UNIACADEMIA). Processo Administrativo (1.22.000.001203/2024-86).

## EXTRATO DE CONVÊNIO

Convenientes: O MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL - MPF, por intermédio da PROCURADORIA DA REPÚBLICA EM MINAS GERAIS, inscrita no CNPJ sob o nº 26.989.715/0016-99, com sede na Avenida Brasil, nº 1877/1879, Bairro Funcionários, Belo Horizonte/MG e o CENTRO UNIVERSITÁRIO UNIBRAS UBERABA- UNIBRAS, inscrita(a) no CNPJ sob o nº 05.102.134/0001-37, sediada(a) na Rua Manoel Gonçalves de Rezende, nº 230, Bairro Vila São Cristóvão, CEP 38040- 240, Uberaba/MG. Objeto: Proporcionar a preparação do estagiário para a empregabilidade, para a vida cidadã e para o trabalho, por meio do exercício de atividades correlatas à sua pretendida formação profissional, em complementação ao conhecimento teórico adquirido na instituição de ensino. Vigência: 05 (cinco) anos. Data e assinatura: 20/02/2026. (Exmo. Sr. CARLOS HENRIQUE DUMONT SILVA, Procurador-Chefe da Procuradoria da República em Minas Gerais, e o Sr. AURELIANO DA SILVA TAVARES, Reitor do Centro Universitário UNIBRAS UBERABA). Processo Administrativo (1.22.000.000654/2024-04).

## PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO ESTADO DA PARAÍBA

## EXTRATO DE CONVÊNIO

CONVENIENTES: MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL - MPF, por intermédio da Procuradoria da República no Estado da Paraíba - PR/PB e a UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA GRANDE (UFCG). OBJETO: Proporcionar a preparação do estagiário para a empregabilidade, para a vida cidadã e para o trabalho, por meio do exercício de atividades correlatas à sua pretendida formação profissional, em complementação ao conhecimento teórico adquirido na instituição de ensino. VIGÊNCIA: (5 ANOS). DATA E ASSINATURA: 23/02/2026. ASSINAM: BRUNO GALVÃO PAIVA, Procurador-Chefe da Procuradoria da República na Paraíba e ROBERTA DE MIRANDA HENRIQUES FREIRE, Coordenadora de Programas e Estágios da UFCG. Processo Administrativo 1.24.000.000408/2026-31.



## PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO ESTADO DO PARANÁ

## EXTRATO DE TERMO ADITIVO

EXTRATO DO 3º TERMO ADITIVO - CONTRATO Nº 3/2021

CONTRATANTES: UNIÃO, por intermédio da Procuradoria da República no Estado do Paraná, e SATHLER PARTICIPAÇÃO E INVESTIMENTO LTDA. OBJETO: reajuste do valor de locação e prorrogação da vigência contratual. valor mensal do aluguel passará de R\$ 5.590,21 para R\$ 6.500,00 (seis mil e quinhentos reais), a partir de 26/05/2026. VIGÊNCIA: de 20/04/2026 a 19/04/2031. MODALIDADE: Dispensa de Licitação art. 24, inciso X. PROCESSO: 1.25.000.005427/2020-21. ASSINAM: Marcela Puig Kaczorowski, Coordenadora de Administração, pela Locatária, e Elke Melo Sathler Rosa, pela Locadora.

## PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

## EXTRATO DE TERMO ADITIVO

EXTRATO DO 1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 1/2024

CONTRATANTES: Ministério Público Federal, por intermédio da Procuradoria da República no Rio Grande do Sul, e a empresa CEEE (Companhia Estadual de Energia Elétrica). OBJETO: adequação do contrato de uso do sistema de distribuição, em função de obras realizadas na sede da PR/RS para reparo de danos causados pela enchente de maio de 2024. DATA DA ASSINATURA: 19/02/2026. SIGNATÁRIOS: GIOVANI TAVARES BRUSCATO, pelo Contratante; JOSÉ NELSON QUADRADO JÚNIOR e MARVIN EVANDRO RAMGRAB, pela Contratada.

## MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO

## PROCURADORIA REGIONAL DO TRABALHO DA 7ª REGIÃO

## EXTRATO DE CONVÊNIO

Convenientes: MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO, por intermédio da PROCURADORIA REGIONAL DO TRABALHO DA 7ª REGIÃO e a Faculdades de Ciências e Tecnologia do Nordeste - FACINE. Objeto: Proporcionar a preparação do estagiário para a empregabilidade, para a vida cidadã e para o trabalho, por meio do exercício de atividades correlatas à sua pretendida formação profissional, em complementação ao conhecimento teórico adquirido na instituição de ensino. Vigência: 05 (cinco) anos. Data e assinatura: 06/02/2026. Ana Valéria Targino de Vasconcelos, Procuradora-Chefe e Iara de Castro Melo Andrade Leite, Diretora Geral.

## PROCURADORIA REGIONAL DO TRABALHO DA 18ª REGIÃO

## EXTRATO DE TERMO ADITIVO

Primeiro Termo Aditivo ao Termo de Compartilhamento nº 01/2023. PGEA: 20.02.1800.0001048/2023-09. Partes: Procuradoria Regional do Trabalho da 18ª Região e o Ministério Público Militar. OBJETO: Cessão da força de trabalho à Divisão de Polícia Institucional da Procuradoria Regional do Trabalho da 18ª Região, com prestação de auxílio na resolução de demandas relacionadas às atribuições administrativas da referida Divisão daquela unidade do Ministério Público do Trabalho. DATA DA ASSINATURA: 20 de fevereiro de 2026. ASSINAM: Milena Cristina Costa, Procuradora-Chefe da PRT-18ª Região e Antônio Carlos Alves Coutinho, Diretor-Geral do MPM.

## PROGRAMA DE SAÚDE E ASSISTÊNCIA SOCIAL

## EXTRATO DE TERMO ADITIVO

EXTRATO DO 2º TERMO ADITIVO AO TERMO DE CREDENCIAMENTO Nº 1.996/2023  
Credenciários: União Federal por intermédio do MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO e a DAVITA SERVIÇOS DE NEFROLOGIA PORTO VELHO LTDA, CNPJ nº 18.154.478/0001-31. Objeto: Alterar a Representação Legal do Credenciado e alterar as CLÁUSULAS DÉCIMA - DO PAGAMENTO e DÉCIMA PRIMEIRA - DA GLOSA. Vigência a partir de 21/02/2026. Assinatura: pelo Credenciante SANDRA CRISTINA DE ARAÚJO (Diretora Executiva Adjunta) e ANTÔNIO ROGÉRIO DA SILVA (Diretor Administrativo Substituto) e pelo Credenciado FERNANDA CERQUEIRA OURIQUES (Diretora Comercial) e CAROLINA DOS REIS FERREIRA MARQUES (Diretora Jurídica). Processo nº 1.31.000.000616/2023-53.

## EXTRATO DE CREDENCIAMENTO Nº 213/2025

Termo de Credenciamento nº 213/2025, celebrado entre o MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO e UNINEURO UNIDADE DE NEUROLOGIA DO PARÁ SOCIEDADE SIMPLES LTDA, CNPJ: 83.340.653/0001-47, para prestação de Serviços Médicos e Paramédicos. PGEA: 0.03.000.012947/2025-18. Vigência: 18/02/2026 a 17/02/2031. Assinatura: pelo Credenciante SANDRA CRISTINA DE ARAÚJO (Diretora Executiva Adjunta) e HERBERT DUTRA DA SILVA (Diretor Administrativo) e pelo Credenciado THIAGO CELEIRA DE SOUSA (Diretor Executivo).

## EXTRATO DE CREDENCIAMENTO Nº 747/2025

Termo de Credenciamento nº 747/2025, celebrado entre o MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO e o IMAGENS - MEDICINA DIAGNÓSTICA S.A., CNPJ: 11.135.984/0001-34, para prestação de Serviços Médicos. PGEA: 0.03.000.032433/2025-89. Vigência: 18/02/2025 a 17/02/2030. Assinatura: pelo Credenciante SANDRA CRISTINA DE ARAÚJO (Diretora Executiva Adjunta) e HERBERT DUTRA DA SILVA (Diretor Administrativo) e pelo Credenciado HUMBERTO LUIS TORRES URBAN (Diretor Presidente).

## Tribunal de Contas da União

## EXTRATO DE TERMO ADITIVO

a) Processo: TC-016.226/2025-9; b) Espécie: 2º TA ao CT nº 4/2024, firmado em 06/02/2026, entre o TCU e a empresa Inframerica Concessionária do Aeroporto de Brasília S/A.; c) Objeto: prorrogação até 06/08/2027; d) Fundamento Legal: artigo 57, inciso II, da Lei nº 8.666/93; e) Valor: R\$ 474.217,20; f) NE: 2026NE00286; g) Signatários: pelo Contratante, Marcio André Santos de Albuquerque, e, pela Contratada, Juan Horacio Djedjeian e Bruno Souza Ferreira da Silva.

## SECRETARIA-GERAL DE ADMINISTRAÇÃO

## AVISO DE LICITAÇÃO

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90004/2026 - UASG 30001

Nº Processo: 016.643/2025-9. Objeto: Fornecimento de televisores do tipo Smart TV, incluindo suporte para fixação em parede, para atender às demandas do Tribunal de Contas da União, mediante Registro de Preços, conforme especificações em anexo.. Total de Itens Licitados: 4. Edital: 24/02/2026 das 08h00 às 12h00 e das 13h00 às 17h59. Endereço: Setor de Administração Federal Sul; Lote 1, Sala 140, - BRASÍLIA/DF ou <https://www.gov.br/compras/edital/30001-5-90004-2026>. Entrega das Propostas: a partir de 24/02/2026 às 08h00 no site [www.gov.br/compras](http://www.gov.br/compras). Abertura das Propostas: 06/03/2026 às 10h00 no site [www.gov.br/compras](http://www.gov.br/compras). Informações Gerais: Em caso de discordância existente entre as especificações deste objeto descritas na plataforma [compras.gov.br](http://compras.gov.br) e as especificações constantes deste Edital, prevalecerão as últimas..

ANDRE LUIZ DA SILVA LOESCH  
Pregoeiro

(SIASgnet - 23/02/2026) 30001-03001-2026NE000001

## SECRETARIA-GERAL DE CONTROLE EXTERNO

## SECRETARIA DE CONTROLE EXTERNO DA FUNÇÃO JURISDICCIONAL

## SECRETARIA DE APOIO À GESTÃO DE PROCESSOS

## EDITAL Nº119/2026-TCU/SEPROC, DE 20 DE FEVEREIRO DE 2026

TC 016.283/2012-0 - Em razão do disposto no art. 22, III, da Lei 8.443/1992, fica NOTIFICADO SILLAN ALVES DE ALMEIDA, CPF: 742.332.893-68, do Acórdão 3133/2021-TCU-Plenário, Rel. Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti, Sessão de 8/12/2021, proferido no processo TC 016.283/2012-0, por meio do qual o Tribunal conheceu do recurso interposto em face do Acórdão 1240/2021-TCU-Plenário, de mesma relatoria, Sessão de 26/5/2021, e, no mérito, rejeitou-o.

Dessa forma, fica Sillan Alves de Almeida, CPF: 742.332.893-68 notificado a recolher aos cofres do Tesouro Nacional valor(es) histórico(s) atualizado(s) monetariamente desde a(s) respectiva(s) data(s) de ocorrência, acrescido(s) dos juros de mora devidos, até o efetivo recolhimento, abatendo-se montante eventualmente ressarcido, na forma da legislação em vigor. Valor total atualizado monetariamente e acrescido dos juros de mora até 20/2/2026: R\$ 4.455.254,76; em solidariedade com o(s) responsável(veis) Acilom Gonçalves Pinto Júnior, CPF- 091.881.853-20; Tarcísio Vieira Mota Filho, CPF- 169.631.803-34; Goiana Construções e Prestações de Serviços Ltda. - ME, CNPJ- 07.192.755/0001-84; Miguel Ângelo Pinto Martins, CPF- 478.715.123-15; José Milton Lúcio do Nascimento, CPF- 389.955.303-91; Miguel Cristiano Alves de Brito, CPF- 735.448.763-53. O ressarcimento deverá ser comprovado junto ao Tribunal no prazo de quinze dias a contar da data desta publicação.

Deverá ser comprovado, no mesmo prazo de quinze dias, o recolhimento aos cofres do Tesouro Nacional da multa aplicada por este Tribunal, no valor de R\$ 120.000,00 (art. 57 da Lei 8.443/1992), a qual será atualizada desde a data do acórdão condenatório até a data do efetivo recolhimento, se paga após o vencimento, podendo haver incidência de outros acréscimos legais, se atingida fase de execução judicial.

O não atendimento desta notificação poderá ensejar a inclusão do nome do responsável no cadastro informativo de créditos não quitados do setor público federal - Cadin e a execução judicial perante o competente Juízo da Justiça Federal (arts. 19, 23, III, "b", 24 e 28, II, da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 216 e 219, II e III, do Regimento Interno do TCU).

O pagamento do débito e da multa pode ser feito pelo PagTesouro (usando Pix ou cartão de crédito) ou por Guia de Recolhimento da União. Ambas as opções estão disponíveis no Portal TCU, clicando na aba "Carta de Serviços" e depois no link "Pagamento de dívida (PagTesouro/Emissão de GRU)" ou diretamente pelo endereço eletrônico <https://divida.apps.tcu.gov.br>.

O acesso ao processo indicado nesta comunicação pode ser realizado por meio da plataforma de serviços digitais Conecta-TCU, disponível no Portal TCU ([www.tcu.gov.br](http://www.tcu.gov.br)). A visualização de processos e documentos sigilosos depende de solicitação formal e posterior autorização do relator. Informações detalhadas sobre o uso da plataforma, inclusive para fins de cadastro e credenciamento, podem ser consultadas ao acionar o ícone "Conecta-TCU" do Portal TCU.

Informações detalhadas acerca do processo, do(s) valor(es) histórico(s) do débito com a(s) respectiva(s) data(s) de ocorrência e do(s) cofre(s) credor(es) podem ser obtidas junto à Secretaria de Apoio à Gestão de Processos (Seproc) pelo e-mail [cacidadao@tcu.gov.br](mailto:cacidadao@tcu.gov.br), ou pelo telefone 0800-644-2300, opção 2.

ANDRÉA RIBEIRO SIMÕES  
Chefe de Serviço

## EDITAL Nº 91/2026-TCU/SEPROC, DE 23 DE FEVEREIRO DE 2026

TC 015.082/2020-2 - Em razão do disposto no art. 22, III, da Lei 8.443/1992, fica NOTIFICADA a ROSA MELO CONSTRUTORA E INCORPORADORA LTDA, CNPJ: 03.040.232/0001-61, na pessoa de seu representante legal, do Acórdão 11456/2023-TCU-Segunda Câmara, Rel. Ministro Antonio Anastasia, Sessão de 5/12/2023, proferido no processo TC 015.082/2020-2, por meio do qual o Tribunal conheceu do recurso interposto e, no mérito, negou-lhe provimento.

Dessa forma, fica a ROSA MELO CONSTRUTORA E INCORPORADORA LTDA notificada a recolher aos cofres do Tesouro Nacional valor(es) histórico(s) atualizado(s) monetariamente desde a(s) respectiva(s) data(s) de ocorrência, acrescido(s) dos juros de mora devidos, até o efetivo recolhimento, abatendo-se montante eventualmente ressarcido, na forma da legislação em vigor. Valor total atualizado monetariamente e acrescido dos juros de mora até 5/2/2026: R\$ 1.038.158,98; em solidariedade com os responsáveis: Iedo José Menezes Elias - CPF: 123.237.725-20, e Jose Raymundo dos Santos - CPF: 089.026.585-20. O ressarcimento deverá ser comprovado junto ao Tribunal no prazo de quinze dias a contar da data desta publicação.

Deverá ser comprovado, no mesmo prazo de quinze dias, o recolhimento aos cofres do Tesouro Nacional da multa aplicada por este Tribunal, no valor de R\$ 80.000,00 (art. 57 da Lei 8.443/1992), a qual será atualizada desde a data do acórdão condenatório até a data do efetivo recolhimento, se paga após o vencimento, podendo haver incidência de outros acréscimos legais, se atingida fase de execução judicial.

O não atendimento desta notificação poderá ensejar a inclusão do nome do responsável no cadastro informativo de créditos não quitados do setor público federal - Cadin e a execução judicial perante o competente Juízo da Justiça Federal (arts. 19, 23, III, "b", 24 e 28, II, da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 216 e 219, II e III, do Regimento Interno do TCU).

O pagamento do débito e da multa pode ser feito pelo PagTesouro (usando Pix ou cartão de crédito) ou por Guia de Recolhimento da União. Ambas as opções estão disponíveis no Portal TCU, clicando na aba "Carta de Serviços" e depois no link "Pagamento de dívida (PagTesouro/Emissão de GRU)" ou diretamente pelo endereço eletrônico <https://divida.apps.tcu.gov.br>.

O acesso ao processo indicado nesta comunicação pode ser realizado por meio da plataforma de serviços digitais Conecta-TCU, disponível no Portal TCU ([www.tcu.gov.br](http://www.tcu.gov.br)). A visualização de processos e documentos sigilosos depende de solicitação formal e posterior autorização do relator. Informações detalhadas sobre o uso da plataforma, inclusive para fins de cadastro e credenciamento, podem ser consultadas ao acionar o ícone "Conecta-TCU" do Portal TCU.

Informações detalhadas acerca do processo, do(s) valor(es) histórico(s) do débito com a(s) respectiva(s) data(s) de ocorrência e do(s) cofre(s) credor(es) podem ser obtidas junto à Secretaria de Apoio à Gestão de Processos (Seproc) pelo e-mail [cacidadao@tcu.gov.br](mailto:cacidadao@tcu.gov.br), ou pelo telefone 0800-644-2300, opção 2.

ANDRÉA RIBEIRO SIMÕES  
Chefe de Serviço

## EDITAL Nº 110/2026-TCU/SEPROC, DE 23 DE FEVEREIRO DE 2026

TC 041.370/2018-0 - Em razão do disposto no art. 22, III, da Lei 8.443/1992, fica NOTIFICADO EVANDRO ADÃO FERREIRA TERRES, CPF: 652.406.691-04, do Acórdão 2185/2024-TCU-Plenário, Rel. Ministro Aroldo Cedraz, Sessão de 16/10/2024, proferido no processo TC 041.370/2018-0, por meio do qual o Tribunal conheceu do recurso interposto contra o Acórdão 153/2023-TCU-Plenário, Rel. Ministro Walton Alencar Rodrigues, Sessão de 8/2/2023, e, no mérito, negou-lhe provimento.

Dessa forma, fica EVANDRO ADÃO FERREIRA TERRES notificado a recolher aos cofres do Tesouro Nacional valor(es) histórico(s) atualizado(s) monetariamente desde a(s) respectiva(s) data(s) de ocorrência, acrescido(s) dos juros de mora devidos,

